

CAMPUS

EDUCAÇÃO

FALTA DE SONO

Estudo confirma que dormir pouco prejudica crianças e adolescentes na escola

SAÚDE

INTOLERÂNCIA ALIMENTAR

Estabelecimentos oferecem opções para pessoas com restrições a glúten e leite

TECNOLOGIA

SERÁ QUE FUNCIONA?

Petições online se popularizam, mas a Constituição Federal ainda não as reconhece

LUCAS SANTOS

ENSURDECEDOR

Pesquisa mostra que 48% dos rodoviários apresentam problemas de audição



CARTA DO EDITOR

José Eduardo Cruz
Editor-chefe

Nesta edição, a terceira e penúltima do semestre, nossa equipe do **Campus** está mais entrosada e experiente. Os erros foram debatidos e os acertos, elogiados e mantidos.

Apesar da rotatividade das funções, em que ora os jornalistas são fotógrafos, ora editores, ora repórteres, a harmonia e o trabalho conjunto permitem que os créditos e descréditos do jornal sejam partilhados por todos.

O foco da edição são os problemas do transporte público da capital federal. A segurança (ou falta dela) assusta. Além disso, os barulhos excessivos dos motores, localizados na parte frontal dos ônibus, provocam surdez e problemas auditivos aos rodoviários.

A alimentação é outro tema explorado. A matéria *Res-*

trição com sabor mostra os restaurantes destinados a pessoas intolerantes à proteína do leite e ao glúten, enquanto a matéria *Mudar o paladar* explica o que são as Pancs, plantas incomuns na alimentação humana.

Assuntos dos mais diversos completam este exemplar, desde uma pesquisa que aborda os prejuízos da falta de sono em adolescentes até discussões sobre a eficácia de petições online.

Por fim, o jornal conta com um perfil de um porteiro da UnB que escreve uma autobiografia, como forma de refúgio para superar a morte de sua mãe.

Com muito carinho, desejo que sua leitura seja tão prazerosa quanto nosso trabalho para realizar este exemplar.

**Feminino de ombudsman, termo que significa "provedor de justiça", a ombudskvinna discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.*

OMBUDSKVINNA*

Anna Caroline Magalhães

Esta nova edição surpreende o leitor: a palavra da vez é esperança. Matérias que trazem alternativas, novos enfoques e passam por cidades-satélites e até regiões do entorno do Distrito Federal. Como a matéria da capa: *No rastro do javali*, que traz um tema ainda não visto nas mídias brasilienses, mas que denuncia um problema grave: o aparecimento cada vez maior de javalis selvagens em regiões próximas ao DF. Apuração muito bem feita e assunto relevante, só a estrutura do texto que talvez pudesse ficar mais organizada. Para usar "exemplares" no segundo parágrafo era preciso explicar qual animal primeiro, por exemplo.

Na matéria *A vez dos técnicos*, de Emília Felix, um olhar diferente chama atenção e puxa o interesse do leitor: oportunidades na crise econômica. A repórter explica bem como cursos técnicos podem ser ótimas alternativas. Ainda envolvendo a crise, a matéria *Na ponta da língua* traz dados interessantes sobre a procura por cursos de línguas, mas deixa dúvida no enfoque.

Afasta de mim este cálice, de Natália Ribeiro, também

fala sobre a crise, mas desta vez voltada para o mercado dos vinhos. A matéria é boa se inserida em outro contexto. Não senti ligação com o resto do jornal. O mesmo público que vai ler as outras matérias também vai se interessar por essa? Na sequência, vem *Crescimento no campo*, de Lucas Santos, que fala sobre o aumento de agricultores familiares, um assunto que combina com algumas outras: esperança para os tempos difíceis.

Fé e recuperação dá vontade de não parar de ler. Muito bem apurada, ela mostra aspectos geralmente desconhecidos sobre casas de recuperação. *Cinegrafia robótica* também complementa a tendência otimista desta edição. A única matéria que trata da Universidade mostra os desenvolvimentos científicos e técnicos e sua importância. Na página 12, um assunto cultural que contempla cidades-satélites, Plano Piloto e até o Nordeste: os mamulengos na capital. Ótima matéria, deu ao **Campus** o toque cultural que faltava.

Por fim, a palavra de ordem é continuar. Que a evolução seja constante. Boa sorte.

NA FILA

As petições estão cada vez mais comuns no mundo da internet. Solicitações para assinar desde um pedido para a salvação das baleias até a cassação de grandes figuras políticas enquadram o que circula na rede. Você já assinou ou acredita no poder das petições online? Fomos às filas para saber.



Luiza Luz

Gestão de Políticas Públicas

"Eu nunca assinei, mas acredito que, mesmo que o abaixo-assinado não tenha valor, mostra que houve uma grande mobilização."

José Henrique



Ciências Biológicas

"Eu costumo assinar somente as petições de grande escala. A última que assinei foi para cassar o mandato do Cunha, pois tinha proporção grande."



Gabriel Pontes

Arquitetura e Urbanismo

"Eu nunca assinei, acho que não tem valor para a legislação, mas acredito que servem para informar e mobilizar a população e criar opiniões."

João Mazocante



Administração

"Já assinei e acredito que são uma maneira de usar a comunicação pela internet como ferramenta a favor da democracia."

MEMÓRIA

Na edição nº 267, de julho de 2002, os restauradores estavam em pauta. O repórter Gustavo Alvares mostrou para os leitores do **Campus** a Coleção de Obras Raras da Biblioteca Central (BCE-UnB), destacando os livros que vinham dos acervos particulares de

2002

figuras importantes como o político e jornalista carioca Carlos Lacerda.

Catorze anos depois, esse trabalho continua e nós retornamos à pauta para mostrar em detalhes o ofício delicado dos restauradores, desta vez indo além da BCE e encontrando as histórias dessas pessoas em todo DF.



EXPEDIENTE

Editor-chefe: José Eduardo Cruz
Editora de arte: Judith Aragão
Secretário: João Galvão
Editores: Ana Rita Barbosa, Emília Felix, Laio Seixas, Marina Torres, Thaís Ellen
Repórteres: Gabrielle Freire, Joana de Albuquerque, Luisa Bretas, Luisa Lopes, Maria Luíza Diniz, Naiara Marques, Natália Ribeiro,

Paula Évelyn, Terra Thaís, Thayssa Souza e Valquíria Homero
Fotógrafos: Giovanna Maria da Silva, Hugo Evaristo, Isis Aisha, Lucas Santos
Monitora: Ana Carolina Fonseca
Projeto Gráfico: Amanda Venício, Anna Luiza Félix, Bárbara Cruz, Bianca Marinho, Luiza Antonelli, Maria Paula Abreu, Matheus Bastos, Wenderson Oliveira,

Raphaelle Caixeta e Renan Xavier
Professores: Sérgio de Sá e Solano Nascimento
Gráfica: Coronário
Tiragem: 3 mil exemplares
Endereço: Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, s/n, Asa Norte, Brasília/DF. Faculdade de Comunicação, Instituto Central de Ciências - Ala Norte. CEP: 70.910-900

Jornal-laboratório
Faculdade de Comunicação
Universidade de Brasília
jornalcampusunb1@gmail.com

EDUCAÇÃO

RENDIMENTO PREJUDICADO

Crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos não aproveitam bem as aulas devido à baixa duração do sono

THAYSSA SOUZA E LUÍSA LOPES

“**A**cordar é bem difícil, já perdi aulas ou cheguei atrasada ao colégio inúmeras vezes. Sinto muita dificuldade, muitas vezes durmo em sala de aula, cheguei a tomar medicamentos para ficar acordada”. O relato é da estudante do terceiro ano do ensino médio Lara Borges.

Levantar cedo, ir para o colégio e o tempo do sono foram objetos de uma pesquisa feita na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), em Florianópolis. A pesquisa, publicada na *Revista Paulista de Pediatria* de março deste ano, foi feita com 516 pré-adolescentes e adolescentes de 10 a 19 anos matriculados em escolas públicas do município de Maravilha (SC), em 2013. Os pesquisadores constataram que 53,6% dos jovens com idade média de 14 anos dormem menos de oito horas por dia em decorrência do turno das aulas e de suas faixas etárias.

“O ponto mais relevante a ser destacado no artigo foram as altas prevalências de baixa duração de sono encontradas nos adolescentes que estudavam nos turnos matutino e noturno”, afirma o líder do Grupo de Pesquisa Atividade Física e Sono e um dos autores da pesquisa, Érico Felden. Segundo ele, o estudo representa um avanço ao analisar a saúde dos adolescentes e mostra que dormir pouco nessa faixa etária pode acarretar consequências ao comportamento. “A baixa duração e a qualidade ruim do sono estão, em muitos casos, associadas à maior presença de patologias, de estresse e maior incidência de alergias, conforme analisa o estudo”, pontua.

QUESTÃO HORMONAL

Regeane Trabulsi Cronfli, médica endocrinologista, cita que o sono possui cinco fases. A primeira é a fase em que a melatonina (hormônio do sono) é liberada; a segunda é o momento de relaxamento muscular; a terceira e quarta fases são o pico de liberação do GH (hormônio do crescimento, que ajuda a manter o tônus muscular,

evita acúmulo de gordura abdominal), da leptina (hormônio que controla a sensação de saciedade) e do cortisol (hormônio responsável pelo sono profundo). Sendo que a última fase, denominada de sono REM, é o pico das atividades cerebrais, quando ocorrem os sonhos.

A médica atesta que é na escola que os primeiros sintomas da falta de sono adequado são percebidos. “O desempenho cai e a criança pode até ser equivocadamente diagnosticada como hiperativa, em função da irritabilidade e de sua dificuldade de concentração, consequentes da falta de sono necessário”. É durante o sono REM que o que foi aprendido durante o dia é processado e armazenado. “Se alguém, adulto ou criança, não dorme o tempo necessário, sua memória de curto prazo não é adequadamente processada e a pessoa não consegue transformar em conhecimento aquilo que foi aprendido.”

A psicóloga Alba Dezan explica que durante a noite, entre 22h e 5h da manhã, o hormônio do sono está sendo produzido. “Em tempos contemporâneos, vivendo em uma cidade grande, com as iluminações existentes — computador, celular e demais dispositivos — vizinhos dando festa e toda essa gama de estímulos, dormir às 22h é utópico, isso não existe.”

Para Felden, ao longo da vida o ser humano passa por mudanças físicas e comportamentais. Na adolescência este aspecto é potencializado. “A tendência biológica nessa fase, caracterizada por horários de dormir e acordar mais tardios, acaba por ser intensificada devido ao uso de mídias eletrônicas durante a noite, que, somado aos compromissos sociais no início da manhã, aumentam as prevalências de baixa duração do sono nos adolescentes”, ressalta.

ESCOLAS

Pelas exigências do Ministério da Educação e Cultura (MEC), as escolas no Brasil devem obedecer a uma carga horária de 800 horas por ano, podendo

ser distribuídas por no mínimo 200 dias letivos. De acordo com levantamento feito pelo **Campus**, o mais comum no Distrito Federal (DF) são as aulas começarem entre 7h e 7h15.

Um das instituições educacionais que fogem à regra é a Escola Americana de Brasília. O ex-aluno desse colégio e recém-formado no ensino médio **Ciro Daniel Serrão** diz que seus pais escolheram a escola devido ao horário de início da aula ser às 8h e terminar às 15h. “Acordar cedo para mim sempre foi um sacrifício, ir para aula um pouco mais tarde foi uma forma de conseguir aproveitar melhor os meus estudos.”

Com sua experiência de 21 anos na Secretaria de Educação, a professora do Centro de Ensino Fundamental 03 de Taguatinga Ellen Campos afirma que alunos que estudam no turno matutino chegam atrasados, sonolentos e com preguiça, alguns até dormem em sala. Tais fatores interferem no aprendizado. “O rendimento escolar fica prejudicado na compreensão do conteúdo, uma vez que não há atenção e concentração necessárias e muitas vezes ocorrem ausência física e/ou mental”, completa.

Alguns procedimentos como tons de vozes variados nas aulas; carteiras distantes das paredes; janelas e portas abertas para propiciar maior iluminação e ventilação e a não utilização de vídeos durante os dois primeiros horários são adotados por Campos. Estas medidas ajudam a prender a atenção do estudante ao conteúdo abordado em sala de aula, mas ainda não solucionam a questão do sono.



JUDITH ARAGÃO

A diretora da Secretaria de Mulheres do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro/DF), Vilmara Pereira do Carmo, cita que a jornada de regência regular no Brasil é de cinco horas por dia, pela manhã ou pela tarde. Algumas escolas funcionam nos três turnos com uma hora de diferença entre cada. “Se começar às 8h vai terminar às 13h. Se começar às 14h vai terminar às 19h e o noturno ficaria prejudicado porque começaria mais tarde e terminaria mais tarde. Por isso, nunca pensamos em mudar os horários escolares. A prática dessa proposta seria inviável dentro das condições postas hoje”, explica.

Mudanças nos horários escolares no Brasil são muito difíceis de acontecer, na avaliação dos pesquisadores. Isso ocorre porque se tem uma crença equivocada que diz que quem acorda cedo produz mais. A psicóloga Alba Dezan endossa: “Como começar as aulas às 8h ou 9h da manhã e terminar às 14h ou 13h da tarde se os pais têm que estar no trabalho às 8h da manhã? Nós temos um sistema rígido que não se adequa à realidade do século XXI”. ♦

GASTRONOMIA

MUDAR O PALADAR

Vegetais comestíveis pouco comuns são alternativa à monotonia alimentar nas refeições dos brasileiros

NATÁLIA RIBEIRO

Ariá, taioba, ora-pro-nóbis, serralha, dente-de-leão, picão preto, picão branco. Tudo isso é comestível e tem um nome, cunhado pelo biólogo Valdemir Kinupp: plantas alimentícias não convencionais (Panc). Ele afirma que muitos brasileiros possuem um cardápio de vegetais monótono. Autor do livro *Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)* no Brasil, Kinupp estudou mais de 100 espécies que possuem potencial para gerar renda, empregos e alimentar boa parte da população de forma alternativa. “Deixa-se de lado duas toneladas de alimentos todos os anos, pois há a crença de que eles são venenosos.”

Pouco a pouco, no Distrito Federal, as Panc estão ganhando espaço na mesa do consumidor. O agrônomo João Luiz Homem de Carvalho inova no cardápio todos os dias. “Lá no meu sítio, uso a taioba, a ora-pro-nóbis, o inhame, a azedinha, a serralha branca.

Faço a serralha refogada, ela substitui a couve.” Ele diz que, para começar a plantar, é só pegar as mudas em algum sítio aqui no DF e cuidar normalmente, como qualquer outra planta. “Não se demanda tanto cuidado e o custo é menor”, garante.

A nutricionista Isabela Mendonça afirma que as Panc são uma excelente opção para substituir as verduras que temos na nossa mesa. Para saber se são seguras, ela crê que o governo deveria investir em cursos para orientar a população, principalmente as pessoas de baixa renda, para aprenderem a discernir as comestíveis das daninhas. “A ora-pro-nóbis, por exemplo, é bastante rica em ferro, vitamina A e cálcio, muito utilizada pelos vegetarianos. A capuchinha, que dá em grande quantidade –normalmente, come-se a flor dela–, é rica em enxofre, que estimula a desintoxicação do fígado. Temos o dente-de-leão, considerado praga, mas

não é. Ele estimula funções do fígado.”

Kinupp diz que as pessoas vão em média 52 vezes à feira ao ano, mas sempre compram couve, tomate, pimentão, pepino, etc. Elas não ousam pois não têm muito conhecimento dos outros vegetais. “Com um pouco mais de informação, o Brasil pode crescer muito na alta gastronomia.”

A proprietária do restaurante Piauíndia, Nicoli Ferreira Magalhães, não dá espaço para o tédio alimentar. Ela sempre se inspira nas receitas de Kinupp para trazer variedade ao cardápio. “Nossa proposta é que as proteínas, animais ou vegetais, sejam fixas, para que possamos inovar nos acompanhamentos. Sempre brincamos com novos elementos. Nossos clientes aceitam esse método muito bem”, diz.

O restaurante ficava no quintal da casa de Nicoli. “Lá, praticávamos o Slow Food, os clientes viam na horta aquilo que seria servido na mesa. Lite-

ralmente, do campo para a mesa.” Há sete meses, ela mudou o local para a Vila Planalto. Nicoli ainda não incorporou as Panc de vez no menu, mas já se sente satisfeita pelo simples fato de introduzi-las esporadicamente nos pratos. “Usamos flores comestíveis e respeitamos o ciclo natural das plantas.” Algumas iguarias do restaurante podem não ser enquadradas nas Panc, mas ela garante que valem a pena. “Podem não ser diferentes para quem vive no meio rural, mas para a maioria dos brasileiros é algo novo.”

O coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Rogério Dias, idealizou uma horta Panc no ano passado. “Ela ficou pronta no final de abril de 2015. Há muito tempo, a equipe da área orgânica já queria ter um espaço assim”, relata, orgulhoso. Localizada no térreo do prédio anexo, ela abriga mais de 100 espécies. “Ora-pro-nóbis, peixinho, bortalha, taioba, entre outros.” O local é aberto ao público, e os cuidados são feitos por um jardineiro terceirizado. O adubo orgânico é produzido lá mesmo. “Às vezes, englobamos as Panc no próprio restaurante aqui do ministério.”

“Ninguém se alimenta só de Pancs. Elas precisam ser aliadas a alguma fonte de carboidratos”

Valdemir Kinupp ressalta, porém, a importância de ter uma alimentação completa. “Ninguém se alimenta só de Pancs. Elas precisam ser incorporadas aos pratos, aliadas a fontes de carboidratos”, conta. Ele diz que o brasileiro assiste a muitos programas de gastronomia, mas não coloca o conhecimento em prática. “Ir a restaurantes todos os dias é um luxo. O mais barato é fazer seu próprio menu, usando a criatividade”, ressalta. ♦

GIOVANNA MARIA



A horta Panc do Ministério da Agricultura apresenta uma grande variedade de plantas que não sabemos que são comestíveis

SAÚDE

RESTRIÇÃO COM SABOR

Estabelecimentos oferecem alternativas de alimentação especializando-se em produtos sem leite ou glúten

TERRA THAÍS

Existe um imaginário que alimentos sem leite e glúten não têm beleza e nem gosto. No entanto, algumas pessoas decidiram mudar essa realidade em Brasília. Thiago Sabadini, dono da Komboleria, e Inaiá Sant'Ana, que abriu a sua loja Quitutices há pouco mais de um mês, são chefes de cozinha que vieram para mudar a vida das pessoas que têm intolerância ou alergia a glúten, leite e soja.

O grande incentivo para o empreendimento acontecer foram as restrições de familiares que motivaram os novos empreendedores a trazer uma alimentação mais saudável e inclusiva. Desde 2014, Brasília vem abrindo espaço para esse tipo de negócio.

A Komboleria, confeitaria especializada em doces sem glúten, sem leite e sem soja, tem, além de alimentos para alérgicos, um espaço onde as pessoas podem relaxar. A loja surgiu quando Sabadini, formado em Publicidade, largou a profissão em 2014 para ajudar a sua irmã Tatiana com venda de bolos na sua Kombi.

Quando ela parou a produção, Thiago procurou cursos de confeitiro e alimentação saudável a fim de manter o negócio. Assim, percebeu a raridade de alimentos sem glúten e leite e começou a fabricá-los para vender. “Descobri pessoas que eram boas no assunto e elas passavam receitas que eu adaptei para vender a um preço acessível, porque é tudo muito caro”, expõe.

Para entrar nas normas da vigilância sanitária e continuar o negócio que virou paixão, em fevereiro de 2015 Sabadini abriu uma loja física no Lago Norte. Porém, com o aumento das vendas, viu a necessidade de se mudar para a Asa Norte mesmo sem dinheiro. Hoje o café funciona com sete funcionários e atende cerca de 60 pessoas por dia. Sabadini considera que o seu trabalho muda a vida das pessoas de forma positiva. “Tem gente que vem aqui todo dia e não precisa se preocupar em olhar o cardápio. Recebo ligação de mãe dizendo que o filho nunca teve

um bolo de aniversário na vida, é isso que me motiva a continuar”, completa.

A nutricionista Ana Cristina decidiu frequentar a loja por ter dois filhos alérgicos à proteína do leite. Ela conta que adorou as opções oferecidas. “Normalmente eu faço em casa, não compro porque esses produtos são muito caros. Mas quando não tem jeito, apelo pro antialérgico”, explica.

A história da Quitutices também não foge do ideal de ver pessoas felizes e saudáveis. A marca, que inaugurou loja física no dia 19 de abril, já atende cerca de 40 pessoas por dia. A paulista Inaiá Sant'Ana, formada em Comunicação, largou a profissão para ficar mais tempo com sua filha que, com nove meses, começou a recusar o leite. Como sempre gostou de atividades manuais, Inaiá entrou no curso de Gastronomia e abriu uma empresa de entregas de lanches. Desde o começo, o foco era alimentação saudável sem glúten e leite, vendida por encomendas feitas pelo Facebook e Instagram. Todos os produtos que entram na loja são controlados na fábrica. “Faço questão de pedir um laudo para garantir que na preparação não houve risco de contaminação”, diz.

Atualmente, estabelecimentos para esse público estão em ascensão na cidade. O estudante universitário Rafael de Paula conta que desde criança não pode consumir lactose e glúten. Ele acredita que esse mercado está em expansão. “Reconheço que a qualidade e quantidade de produtos aumentou e melhorou muito”, diz. Rafael, que já ficou diversas vezes sem comer, por falta de opção, já chegou a tomar antialérgico para ir a restaurantes com os amigos. “Depois eu me preocupo com as consequências”, completa.

A bancária Cynthia Borges relata os obstáculos de quem procura alimentos especiais. “A maior dificuldade é que são mais caros e não encontro em supermercados comuns. Pão eu só encontro congelado e em casas especializadas”. ♦



Na Komboleria, a diversidade de alimentos é grande. Há bolos de maçã, baunilha e chocolate. Nos produtos, não há risco de conter glúten nem leite



Inaiá Sant'Ana, dona da Quitutices, apresenta seu ateliê. Além do cardápio variado, é possível apreciar um ambiente tranquilo e confortável. As crianças podem utilizar a parede para desenhar

SAÚDE

PAULA ÉVELYN

“**S**urda do ouvido esquerdo e só com 15% de audição no ouvido direito”, diz a ex-cobradora de ônibus Sirlene Tomé da Conceição, ao descrever seu quadro médico. Sirlene, que trabalhou 18 anos como cobradora, foi aposentada por invalidez, provocada por “acidente de trabalho”. A justificativa consta nos laudos de exames, feitos de 2009 em diante, quando foi identificado que o ruído a que Sirlene era submetida causou danos irreversíveis à audição. A causa da doença dela era a exposição prolongada ao barulho do motor do ônibus.

A situação de Sirlene não é diferente da de outros trabalhadores do setor. Entre os rodoviários no Distrito Federal, 48% possuem Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR). O dado foi obtido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) durante investigação, divulgada em 2015. O problema resulta da exposição excessiva ao barulho e não tem cura, pois é causado pela morte de células do ouvido. A única

alternativa para a doença é evitar que a perda auditiva aumente.

Segundo a norma 15.570 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os veículos devem apresentar nível interno de ruído inferior a 85 decibéis (dB). Entretanto, os laudos dos exames feitos por Sirlene mostram que ela foi submetida a níveis maiores do que o permitido. Os exames comprovam que o quadro dela piorou mesmo após 2013, ano da última troca da frota de ônibus no DF. Segundo a investigação do MPT, dessa vez contra a extinta Viação Satélite, os cobradores e motoristas estariam sujeitos a ruídos de 87 e 90 dB, respectivamente.

Para a exposição a esse nível de barulho, a jornada de trabalho indicada seria de quatro horas diárias para motoristas e seis para cobradores. A indicação está prevista na Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), que dispõe sobre atividades insalubres. Atualmente, rodoviários são submetidos a jornadas de seis horas diárias, podendo ser prorrogadas para até oito. Mesmo assim, Sirlene revela que a situação pode ser ainda mais crítica. “Já cheguei a trabalhar 12, 16 horas por dia. Quando o salário é baixo, você paga aluguel, tem filho doente, você precisa fazer dinheiro para sobreviver”, conta.

Uma cobradora que pediu para não se identificar concorda com Sirlene. “Eu quase sempre faço hora extra. Com o trânsito é muito difícil terminar na hora certa.” Como a colega, ela admite não ter alternativa. “Até hoje eu penso em mudar de emprego. Mas para onde eu vou? E se eu for falar [sobre o problema do barulho] na empresa, eles me cortam”, revela a funcionária que já perdeu 25% da audição do ouvido direito. No setor há sete anos, ela diz que, com apenas dois anos de trabalho, começou a apresentar a perda auditiva. Para a cobradora, não há garantia de que seu emprego seria preservado caso ela apresentasse o laudo

PARA ESTOURAR

Rodoviários desenvolvem problemas auditivos por exposição a ruído. Parlamentares e especialistas sugerem veículos mais silenciosos



O limite estabelecido pela ABNT para o ruído dos motores de ônibus coletivos é de 85 decibéis

médico aos seus superiores. “Eu preciso do emprego, então fico enquanto dou conta.”

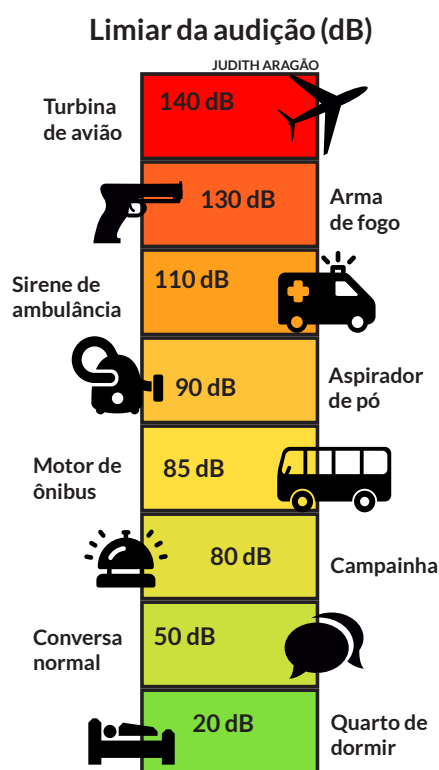
Isso também foi o que pensou o ex-motorista Gildeon de Jesus. Aposentado há um ano por invalidez, após perder parte da audição em razão do trabalho, ele temia pelo emprego. “Eu nunca denunciei. Achava que era algo banal.” O aposentado conta que tem apenas 20% de audição no ouvido direito e já perdeu a metade no ouvido esquerdo. Ao lembrar dos seis anos como motorista, ele diz que “o barulho é para estourar o ouvido mesmo”. Gildeon revela, ainda, que aguarda há três anos por um aparelho auditivo no sistema público de saúde. “Perdi o trabalho, a saúde, e ainda não tenho como cuidar do meu problema de audição”, lamenta o aposentado, que também perdeu o equilíbrio ao andar em razão do problema auditivo.

LEGISLAÇÃO

No Distrito Federal, está em vigor desde janeiro a lei que proíbe a circulação de ônibus coletivos com motor dianteiro. Essa é uma reivindicação dos rodoviários, pois ficam muito expostos ao ruído devido à proximidade do motor. A nova legislação determina a troca gradativa dos veículos,

conforme o vencimento dos contratos firmados com as empresas de ônibus. A última licitação, concluída em 2013, prevê prazo de sete anos para a troca dos ônibus convencionais e dez anos para os veículos articulados. “Como a compra dos ônibus é recente, com certeza não querem prejudicar as empresas. Para mim, isso é negligência com o trabalhador”, opina Sirlene. O ex-motorista Gildeon questiona: “Até lá quantos trabalhadores já terão sua audição prejudicada?”

Na cidade de São Paulo, já há uma lei semelhante, em vigor desde 2003. Em outros estados e municípios, projetos foram arquivados ou estão em tramitação. Em nível federal, o Projeto de Lei 6946/13 prevê a proibição desses ônibus. Entretanto, a proposta está parada na Comissão de Viação e Transportes da Câmara. O deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), autor do projeto, retirou a proposta da pauta para evitar que fosse arquivada. “Eu vi que os deputados ligados ao empresariado tinham grande resistência e eu preferi que o texto não fosse colocado em votação.” Patriota acredita que há “negligência sobre os direitos trabalhistas”, pois o projeto nada mais é do que um complemento à referida norma regulamentadora. “Às vezes a lei



Fonte: Direção dos Serviços de Proteção Ambiental

PAR OS OUVIDOS

*proibição prolongada ao ruído dos motores dos ônibus.
com motor traseiro para afastar fonte do barulho*

precisa dizer o óbvio porque as autoridades dormiram no ponto.”

Sobre a proposta, o assessor técnico de Engenharia da Associação Nacional de Fabricantes de Ônibus (Fabus), Paulo Roberto Mutterle, afirma que “a elaboração de normas inerentes a esse tema cabe aos órgãos gestores. As encarregadoras de ônibus oferecem opções para atender diferentes demandas, contemplando carrocerias com motor dianteiro, traseiro e entre-eixos, todas atendendo às especificações”.

Mutterle também lembra que todos os fabricantes de carrocerias de ônibus associados à Fabus possuem seus produtos certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e em conformidade com a Norma 15.570 da ABNT. “Esses veículos, em condições normais de uso, e mediante correta manutenção, não geram aos operadores níveis de ruído maiores que 80 decibéis”, garante.

PROTEÇÃO

Para a fonoaudióloga Tany Zardo Chagas, que realizou pesquisa sobre a saúde auditiva dos rodoviários de Curitiba, em 2013, a proposta de proibição dos ônibus com motor dianteiro é positiva. “Essa medida é excelente porque retira a fonte do ruído de perto dos trabalhadores. Mas também é importante respeitar o tempo de exposição ao ruído”, destaca a especialista que atua no setor de medicina do trabalho há 29 anos. Chagas defende ainda que, para melhorar a situação dos motoristas, deve ser feito isolamento acústico no motor. Já para os cobradores, ela afirma que o uso de equipamentos de proteção auditiva seria a solução.

A recomendação da especialista tem base no artigo 166 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que diz o seguinte: “A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamen-

to, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados”.

No entanto, os rodoviários das empresas que atuam no DF – TCB, Piracicabana, Pioneira, Urbi, Marechal e São José – não recebem equipamentos de proteção auditiva. Os representantes do setor de saúde e segurança do trabalho nas empresas justificam que não haveria necessidade desse protetor porque a frota de ônibus é nova e o barulho dos veículos não ultrapassaria o limite de 85 dB. Além disso, eles disseram que a comunicação com o motorista e com os passageiros seria prejudicada. Também foi informado que os veículos passam por avaliações periódicas para verificar o nível do ruído emitido pelo motor e os trabalhadores são submetidos a exames regulares para verificar a saúde auditiva.

A otorrinolaringologista Tanit Gang Sanchez, que pesquisa doenças relacionadas ao zumbido há 21 anos, também defende o uso de protetores de ouvido e dá outra sugestão. “É importante fazer intervalos de cinco a dez minutos, após uma hora de exposição ao ruído. O protetor diminui o barulho e o intervalo diminui o tempo de exposição, reduzindo os riscos de problemas futuros”, explica a médica, que também é professora e pesquisadora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) desde 2003.

Um motorista que pediu para não se identificar revela que é quase impossível fazer pausas. “Começo 6h30 e só paro 13h50. É uma viagem atrás da outra. Só paro para ir embora”, diz o funcionário que trabalha há dez anos como motorista. Ele define o barulho do motor como insuportável e fonte de dores de cabeça terríveis. “Fico cerca de quatro horas, depois de sair do trabalho, ouvindo um zumbido”. Apesar disso, ele não procura ajuda médica nem informa a empresa sobre o problema. “Tenho medo [de ficar surdo], mas o que posso fazer? Tenho colegas

que estão encostados por conta disso, mas não posso parar.”

O ruído do motor também pode causar danos aos passageiros, mas o maior prejudicado é o trabalhador. “A pessoa que passa alguns minutos no ônibus ou até mesmo duas horas, normalmente, não apresenta problemas. O dano maior é para os funcionários, porque eles ficam mais tempo expostos ao barulho”, afirma a médica Sanchez.

PROVIDÊNCIA

De acordo com a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal (Semob), os ônibus com motor traseiro são os articulados e os veículos do sistema BRT. Os demais, cerca de 90% da frota, têm motores dianteiros. A secretaria também informa que trabalha na regulamentação da lei que proíbe ônibus com motor dianteiro e as alterações serão gradativas, conforme a renovação da frota.

No caso da Sociedade dos Transportes Coletivos de Brasília (TCB), empresa estatal de transporte coletivo

e que tem licitações independentes da Semob, 70% dos ônibus têm motor traseiro. Esses veículos foram comprados entre 2008 e 2011, antes de a nova lei entrar em vigor. “A compra foi feita para melhorar o ambiente de trabalho dos rodoviários”, diz o responsável técnico da TCB, Juaci Macedo Correa.

Para a ex-cobradora Sirlene, ônibus com motor traseiro seria ideal. “Se fosse assim, eu não precisava ter parado de trabalhar. Parei porque não tinha outro jeito”, lamenta ela, que anda com ajuda de uma bengala – herança da perda de equilíbrio causada pelo problema auditivo. Para a aposentada, a conversa “olho no olho” é uma necessidade. Com quase toda a audição perdida, Sirlene precisa ler os lábios de quem está falando para compreender o que é dito. “Queria que meus colegas não ficassem como eu, mas ninguém tem coragem de falar. Enfrentei e fui até o fim. Não tive medo porque se tratava da minha saúde. Eu tenho medo de que quando meus colegas resolvam denunciar seja tarde demais.” ♦

LUCAS SANTOS



Aposentada desde 2014, Sirlene fez acordo com a empresa para comprar o aparelho auditivo

CIDADE

INSEGURANÇA MÓVEL

Número de roubos em ônibus no Distrito Federal está em ascensão desde 2011. Secretaria de Segurança Pública aponta relação com a dependência química

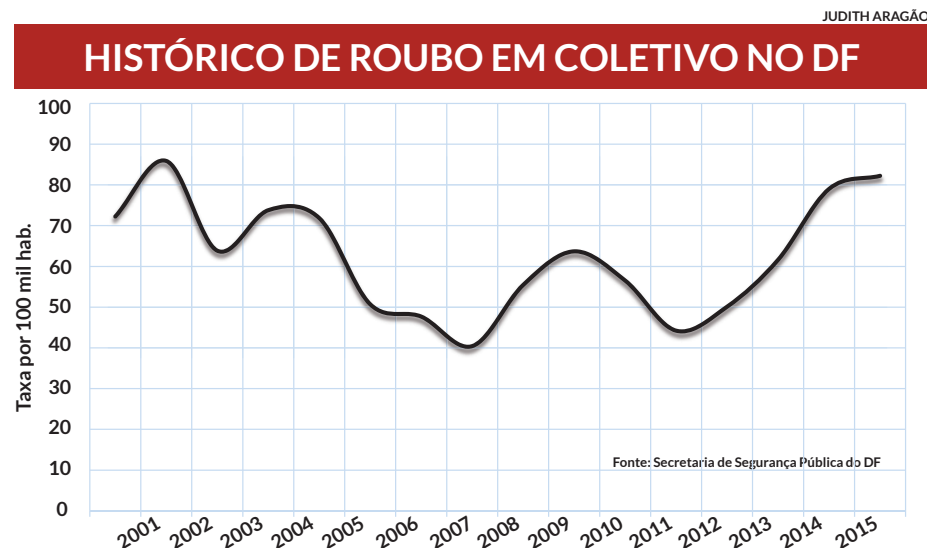
NAIARA MARQUES

“A gente já trabalha com medo”. O desabafo de Cristino Belisário, cobrador de ônibus há seis anos, representa o receio de muitos outros rodoviários que sofreram assaltos durante o trabalho ou ouviram relatos de colegas. Só no ano passado, foram registradas 2.397 ocorrências de roubo em coletivos, mais de seis por dia, 143 a mais que no ano anterior. Entre 2011 e 2015, o número quase dobrou.

Belisário foi assaltado há sete meses. Teve de entregar o dinheiro do caixa do ônibus, que passava por Samambaia, ao ser ameaçado com uma faca enquanto via o motorista rendido por uma arma de fogo. A cidade satélite é, proporcionalmente, a segunda mais afetada por esse tipo de crime. Em primeiro lugar está a Cidade Estrutural, onde outro cobrador, que preferiu não se identificar, passou duas vezes pela mesma situação em apenas dois anos de profissão.

“Os assaltantes estavam visivelmente alterados. Drogas, talvez. Porque passaram reto por muitos celulares, mas não levaram nada meu. Pegaram de praticamente todas as pessoas a minha volta, mas não perceberam que não entreguei nada”, relata a estudante Victória Cristina Costa sobre o dia em que seu ônibus entrou para a estatística. Há um ano e meio, os passageiros da linha 349, com destino a Taguatinga, foram surpreendidos por três assaltantes enquanto passavam pela Estrutural.

O coordenador de Coleta e Tratamento de Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social (SSP-DF), major Célio Dutra, associa o volume de crimes contra o patrimônio — classificação de roubo em coletivo — com o aumento no número de dependentes de drogas, principalmente do crack. Ele explica que a vulnerabilidade dos ônibus, que concentram quase a totalidade de ocorrências, está na facilidade de fuga e na presença de pequenos valores em dinheiro. “Para



satisfazer a necessidade imediata, o usuário busca coisas fáceis. Cada pedra [de crack] custa R\$ 5, R\$ 8, então o usuário recorre a crimes contra o patrimônio, coisas fáceis de se obter e de se desfazer mais a frente”, explica. Segundo Dutra, a dependência química deve ser tratada como um problema de saúde, mas o Estado não cumpre o dever de acolher, tratar e ressocializar esses dependentes.

A coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis) da Universidade de Brasília, Maria Stela Grossi, diz que é preciso ter cuidado ao atribuir às drogas a causa da criminalidade. Ela concorda com o argumento apresentado por Dutra, de que a busca de recursos para sustentação do vício acontece, muitas vezes, de maneira ilegal e que existem poucos recursos voltados à saúde; mas complementa que a segurança pública deve ser discutida junto a outros setores sociais. “É importante pensar em programas de saúde que possam tratar diversas faixas da população que vivem a dependência da droga, mas, também, dar outras alternativas: de educação, de lazer e distribuição dessas atividades em diferentes espaços.”

A professora afirma que a estrutura dos pontos de ônibus deve ser levada em consideração para a melhoria da segurança nos transportes: “Segurança

pública e mobilidade não devem ser dissociados”. A ideia é confirmada por Dutra. Ele explica que a degradação de um ambiente — iluminação precária, mato alto e entulho, por exemplo — o torna mais suscetível a delitos porque favorece a fuga do assaltante e também o seu esconderijo. “À medida que você vai melhorando a infraestrutura de uma área, você tende a diminuir as desordens e também o crime.”

Questionada sobre as ações para inibir roubos, a Secretaria de Estado de Mobilidade informou em nota que “todos os ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF são equipados com câmeras e as imagens

são fornecidas pelas operadoras do sistema para a polícia a fim de auxiliar na identificação dos criminosos”. A secretaria também disse recomendar o uso do cartão eletrônico pelos passageiros, para evitar a circulação de dinheiro dentro dos coletivos.

O trabalho policial começa pela identificação de padrões, de acordo com o locais, dias e horários com maior incidência de crimes. Em 19 de janeiro de 2016, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) iniciou a polémica Operação Anjo da Guarda, que consiste em abordagens feitas pelas equipes dos Batalhões de cada região administrativa com base nas estatísticas repassadas pelo serviço de inteligência da instituição. Fardados, os policiais revistam passageiros. A operação se estende às paradas de ônibus e proximidades e tem como finalidade “aumentar a sensação de segurança da comunidade que utiliza o transporte coletivo diariamente”, afirma em nota a assessoria de comunicação da PMDF.

A denúncia dos assaltos pela sociedade é indispensável para melhorar essa realidade, ressaltam Dutra e Grossi. “Por mais que a polícia não consiga investigar todos os crimes, os registros possibilitam enxergar as tendências e saber onde deve intensificar suas ações”, afirma o major. ♦



Com pouco mais de 32 mil habitantes, a Estrutural registrou 234 roubos em coletivos em 2015

ECONOMIA

O NEGÓCIO DA CRISE

Para fugir do desemprego, brasilienses investem criatividade, tempo e dinheiro em empreendimentos próprios

GABRIELLE FREIRE

HUGO EVARISTO



Com a venda de sobremesas, Tatyane Silveira tem lucro de R\$ 1.000 por mês

Recém-formada em Letras, Tatyane Silveira tinha a expectativa de encontrar um mercado cheio de possibilidades. Entregou um currículo, dois, três e nada. Foram cinco meses de espera sem nenhuma resposta de emprego. Mas foi de onde ela menos esperava que surgiu uma oportunidade. Os quitutes que fazia sem pretensão apenas para as festas de família chamaram a atenção do dono de um restaurante. O empresário tratou logo de pedir outro pedaço do doce e mais um e mais outro. Dali, surgia a possibilidade de um negócio. A demanda passou a ser em grande quantidade: 50 sobremesas por semana.

Os dotes culinários e criativos da pequena empresária transformaram-se na principal fonte de renda da família. Com foco em sobremesas diversas, como bolo no pote, mousse e pavê, o negócio se expandiu e hoje ela fornece os produtos para três restaurantes do DF. “Nunca imaginei que poderia lucrar com algo que faço. Sempre fiz

sobremesas, mas nunca tinha visto um negócio nisso. Agora que comecei a vender doces não quero mais parar”, relata.

Diante da crise econômica, três em cada dez brasileiros optam pelo próprio negócio, assim como Tatyane. Em 2014, o empreendedorismo no Brasil registrou o maior índice da história e atingiu 34,5%. Há dez anos o índice era de 23%, segundo pesquisa divulgada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em 2015.

Mais de 280 mil pessoas estão desempregadas no DF, segundo pesquisa divulgada em abril pela Companhia de Planejamento (Codeplan). O número equivale a 18,1% da população economicamente ativa. Entre fevereiro e março de 2016, 17 mil pessoas perderam o emprego. O crescimento acelerado do desemprego no Distrito Federal é apontado pelo professor de economia da UnB, Flávio Basílio, como consequência da atual crise eco-

nômica e política do Brasil. Para ele, os questionamentos sobre a credibilidade dos governos acabam afetando principalmente contratos com investidores e os lucros das empresas e, para readequar as despesas é preciso cortar gastos. “Com a crise, o número de terceirizados acaba diminuindo e tudo se reduz. É fato que os governos estão contratando menos”, ressalta Basílio.

Por dois anos, Wanessa Ulhoa foi atendente em um órgão do GDF, mas perdeu o emprego, há dois meses, depois que a empresa precisou reduzir o número de funcionários. De um quadro de 209 terceirizados, sobraram apenas 30 empregados. Para não ficar sem renda, a atendente aproveitou a facilidade que tinha para lidar com o público e apostou na venda de jóias folheadas a ouro. No fim do mês, o dinheiro que recebeu com as vendas foi 60% a menos do que receberia estando empregada formalmente.

Mesmo com as dificuldades, Wanessa garante que o investimento valeu a pena, mas mantém a expectativa de ser recontratada em breve. “O mercado está muito difícil com essa crise, mas tenho esperança de voltar para onde eu trabalhava. É um dinheiro certo que está ali garantido todo mês”, afirma.

Para o professor Flávio Basílio, optar pelo próprio negócio não tem sido uma tarefa simples. Nos últimos dois anos, com a taxa de desemprego elevada, o mercado informal teve um crescimento acelerado o que gera cada vez mais concorrência para quem deseja investir. A melhor opção acaba sendo a qualificação pessoal. Cursos técnicos, pós-graduação ou aprender um novo idioma são opções para o mercado que cada vez mais procura por profissionais capacitados.

Foi o que fez a esteticista Carla Gomes, que depois de perder o emprego de técnica bancária decidiu investir em seu sonho de se tornar uma executiva de sucesso. Ela aproveitou o tempo livre para buscar especialização na

área com a qual se identificava. Entre cursos técnicos, palestras e congressos que participou em menos de um ano, conseguiu realizar o sonho de inaugurar o próprio centro de estética.

Hoje tem rendimento de R\$ 7 mil com sua empresa, mais de três vezes o salário de R\$ 1.600 que recebia como bancária. “Fiz da minha necessidade uma oportunidade. Levantei informações e com o plano de negócios em mãos tive coragem para investir R\$ 500 que eu tinha”, conta Carla.

Também no ramo da beleza, a revendedora de cosméticos Eliete Marques chega a faturar R\$ 5 mil por mês. Mas nem sempre foi assim. A venda dos produtos só gerou resultados depois que a clientela foi consolidada. Agora, a vendedora vai de casa em casa para oferecer as novidades que chegam. A ex-assessora parlamentar enfrentou dificuldades financeiras quando perdeu o emprego. “Perder o emprego foi bem difícil, com essa crise fica difícil esperar cair do céu uma oportunidade. Por isso corri atrás de ganhar dinheiro e está valendo a pena”, diz.

“Fiz da minha necessidade uma oportunidade”

Para o diretor de Estudos Urbanos e Ambientais da Codeplan, Aldo Paviani, a taxa de desemprego no DF deve continuar crescendo nos próximos meses. Segundo ele, estudos estão sendo feitos para tentar reverter o quadro atual de desemprego. Uma alternativa é contar com o desenvolvimento industrial da capital, a partir do investimento de empresas que demandem mão de obra para gerar empregos. “Para sair da crise é necessário ser criativo, não existe uma fórmula mágica e demanda tempo. Precisamos dinamizar a economia, a indústria e gerar empregos”, completa. ♦

SOCIEDADE

POR QUE ASSINAR?

Ativistas e outros cidadãos recorrem a abaixo-assinado via internet para reivindicar mudanças no cenário público

LUISA BRETAS E MARIA LUÍZA DINIZ

Você já assinou uma petição na internet se perguntando se ela daria resultado? No Brasil, a maioria dos abaixo-assinados virtuais – petições online – costuma não trazer muitos impactos. Apesar de o direito à petição e ao projeto de lei de iniciativa popular serem assegurados pela Constituição Federal de 1988, o texto não prevê a coleta de assinaturas por meio da internet.

O especialista em direito constitucional e diretor da Faculdade de Direito da UnB, Mamede Said, explica que a maior resistência em aceitar assinaturas coletadas via internet é a possibilidade do anonimato. Segundo ele, uma denúncia, reivindicação ou a iniciativa de um projeto de lei devem ser feitas por pessoas identificáveis.

No entanto, Said se posiciona a favor do reconhecimento dessas assinaturas. “O que falta são mecanismos tecnológicos para manusear bem esses instrumentos que verificam a veracidade das assinaturas. Por enquanto, o ideal é que se peça, junto com o nome completo, o número de algum documento do assinante”, disse.

Existem sites que proporcionam plataformas para facilitar a criação de petições online. O mais famoso (avaaz.org), criado pela ONG internacional Avaaz, agrega cerca de 44 milhões de membros ao redor do mundo. No Brasil, os mais usados são o Petição Pública Brasil (peticaopublica.com.br) e Eu Concorde (euconcorde.com.br).

Em entrevista ao **Campus**, os organizadores do Petição Pública Brasil e do Eu Concorde afirmaram que a legitimidade das assinaturas e o encaminhamento do processo são de responsabilidade dos autores. O papel da plataforma é fornecer um caminho para um indivíduo mobilizar mais pessoas com sua causa. Para as instituições, a forma como a petição chegará às mãos de agentes políticos ou o que será feito dela é uma decisão única e exclusiva de seu autor.

A plataforma do Petição Pública Brasil assegura que seu software possui mecanismos de verificação, através do e-mail e endereço de IP, que tentam impedir que uma mesma pessoa assine duas vezes.

PETIÇÕES BEM-SUCEDIDAS

A lei de iniciativa popular Ficha Limpa (Lei nº 135/10) foi aprovada em 2010 pelo Congresso Nacional. Das 3 milhões de assinaturas coletadas, 1,3 milhão foram levadas em consideração por serem físicas. As outras 1,7 milhão de assinaturas, feitas online, serviram apenas como pressão popular.

Em 2012, a campanha “Veta Dilma” pedia que a presidente Dilma Rousseff vetasse as propostas do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12). A pressão pública de 1,8 milhão de assinaturas contribuiu para que 12 pontos do Novo Código fossem vetados pela presidente.

A Lei Azeredo (Lei nº 84/99) pre-

tendia tornar crime a destruição de dados eletrônicos de terceiros, a transferência não autorizada de dados ou a obtenção de informações particulares sem autorização e outras dez ações praticadas na internet. O abaixo-assinado contrário à lei conseguiu travar o processo de aprovação por quase uma década e a discussão prolongada resultou em 18 dos 20 artigos propostos sendo recusados.

POLÊMICA

Recentemente a doutoranda em Relações Internacionais Mariana Kalil utilizou uma petição online como forma de arrecadar assinaturas. A ideia surgiu quando ela leu a programação da Conferência da Latin American Studies Association (Lasa), que acontecerá em Nova Iorque, onde o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso iria falar sobre democracia. “Escrevi um texto enxuto em inglês falando o que eu pensava, que não era a questão de ser o Fernando Henrique em si, mas o momento era delicado”, explica Kalil.

Em sua petição, ela solicita o desconvite de FHC como palestrante da conferência porque o ex-presidente se posicionou publicamente a favor do impeachment, ação considerada antidemocrática por movimentos de esquerda. Por fim, a Lasa trocou a programação e FHC falará na Conferência sobre Academia, Política e História.

Segundo a doutoranda, ela escolheu a plataforma por ser a maneira mais eficaz de chegar ao seu público alvo que mora em diferentes países, e aponta erros e acertos em sua experiência de criar a petição. “Eu me arrependi de duas coisas: uma foi de não ter especificado na petição que era só para membros da Lasa, e a outra foi de ter dado meu e-mail pessoal.”

Kalil afirma que, caso tivesse uma outra causa a defender, voltaria a fazer o uso de uma petição online. Seu documento foi criado no dia 14 de abril deste ano e, em duas semanas, obteve 510 assinaturas.

PROJETO DE LEI

Em 2010, a ex-senadora Serys Slhessarenko (PRB/MT) encaminhou à Câmara dos Deputados um projeto de lei “permitindo o uso de assinaturas eletrônicas dos eleitores para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular e determinando que os projetos que não alcancem o número mínimo de assinaturas tramitem na forma de sugestões legislativas”. O projeto de lei do Senado (nº 129/10), porém, permanece arquivado e sem previsão para voltar a tramitar.

“É ótimo que já exista o projeto, o passo agora é procurar um parlamentar que compre a causa e coloque o projeto de volta em pauta”, diz o professor Said. “É inevitável que no mundo de hoje a gente caminhe pra uma realidade em que o direito de petição possa ser exercido e reconhecido nesse mundo virtual.” ♦

O PASSO A PASSO DA PETIÇÃO

- 1 Ao criar uma petição, identifique-se de forma que as pessoas tenham como contatar, colocando seu nome, sobrenome e e-mail;
- 2 Crie uma conta de e-mail só para receber as assinaturas, para não comprometer o e-mail pessoal;
- 3 Exija identificação dos seus assinantes, nome, RG ou CPF, já que o(a) autor(a) da petição responde por essas pessoas;
- 4 Esclareça no texto da petição se é uma petição aberta ou restrita a um público específico;
- 5 Estabeleça um prazo para aceitar as assinaturas; deixar tempo indeterminado dificulta o encerramento da petição;
- 6 Caso seja um projeto de lei de iniciativa popular, encaminhe a petição a deputados adeptos a sua causa. Caso seja uma petição, estabeleça qual órgão pode dar continuidade a sua reivindicação e a encaminhe.

MAIS DE UM MILHÃO DE ASSINATURAS

NOME DA PETIÇÃO	ASSINATURAS	ANO	PLATAFORMA
Salvar abelhas ameaçadas por colheitas na Europa	3.353.701	2013	avaaz.org
Aprovem o Pedido de Impeachment da Presidente Dilma Rousseff	2.227.637	2015	change.org
Contra o Limite na Franquia de Dados na Banda Larga	1.658.233	2016	avaaz.org
Impeachment do Presidente do Senado Renan Calheiros	1.500.972	2013	avaaz.org

MERCADO DE TRABALHO

HERANÇA DO HOJE

A procura por profissionais capacitados em conservação e restauração de documentos é crescente. Brasília não tem graduação na área

VALQUÍRIA HOMERO

ISIS AISHA



Barcellos afirma que trabalhar com restauração o ajudou a controlar a ansiedade. Dependendo da obra, os processos podem levar anos

Cerca de 90 profissionais trabalham com restauração e conservação de livros e documentos no DF. Eles lidam com um acervo de mais de 50 mil obras espalhadas por bibliotecas de órgãos públicos e, além da grande carga de trabalho, encontram dificuldades para ter a profissão reconhecida por lei. “Não temos segurança nenhuma para trabalhar, nem piso salarial e qualquer um pode se dizer restaurador, mesmo sem qualificação”, resume a professora da Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (Aber) Luiza Kumagai.

A falta de capacitação é outro obstáculo para aqueles que querem entrar no setor. Brasília chegou a ter um curso de graduação na área em uma faculdade particular, mas ele foi extinto em dois anos. Hoje, quem quiser se capacitar precisa procurar a formação fora da cidade. “Temos cursos excelentes. Mas aqui em Brasília, não há opção”, explica Gilcy Azevedo, chefe da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais (Cobec) da Câmara dos Deputados. Três dos

funcionários vieram de outros estados para trabalhar no restauro.

A Cobec é considerada referência na área de restauro e conservação em obras de papel na região e conta com uma equipe de 15 pessoas para trabalhar com 4,6 mil obras raras. Todos no setor têm alguma graduação ou especialização específicas para a atividade. “Tem semanas que praticamente só fazemos consultoria para outros órgãos públicos que querem saber como a gente trabalha e procuram indicações de pessoas”, comenta Azevedo. “Mas Brasília, infelizmente, ainda não criou consciência do papel do conservador. Para mim, é uma profissão do futuro.”

Maria Donisete, sócia de um ateliê especializado em conservação e restauro de obras em papel, afirma que todos os profissionais formados já estão empregados. “Nós não estamos contratando agora, mas se estivéssemos, eu ia ter problemas”, explica. Na Biblioteca Central da UnB (BCE), o caminho encontrado foi contratar pessoas de áreas correlatas como Artes Plásticas e Museologia, que têm matérias relacionadas.

O aprendizado acontece na prática, com ajuda dos colegas mais experientes e com cursos de especialização eventuais. A falta de uma graduação formal é substituída pela dedicação. “Eu sou um restaurador”, afirma com segurança José Carlos Barcellos, formado em Educação Física. O servidor passou mais de uma década trabalhando com restauração de livros e hoje é o responsável pelas capas dos livros raros da BCE. Agora, ele treina uma substituta para se aposentar com a consciência tranquila.

A qualificação é um dos critérios bem definidos no projeto de lei nº 37/2007, integralmente vetado pela Presidência em setembro de 2013 alegando que, além de conter inconstitucionalidades formais, ele limitaria o exercício da profissão sem que houvesse riscos à sociedade que justificassem as restrições. O trabalho exige uso de equipamentos de segurança e envolve a manipulação de produtos químicos em casos mais extremos.

ALVO NO FUTURO

O artigo 23 da Constituição exige que os órgãos públicos conservem o patrimônio histórico — o que não implica apenas em documentos antigos. Juliana Viana, antiga chefe da Seção de Restauração e Preservação da Memória Documental do Supremo Tribunal Federal, indica como exemplo os processos do mensalão e de uniões homoafetivas. “Esses documentos já são históricos, e são super atuais. Existe uma intervenção para que eles durem 400, 500 anos.”

O atual chefe da seção, Paulo Estevanato, acrescenta ainda que a conservação é um ato de cidadania. “A coisa mais fácil para apagar a história e contar ela de um outro jeito é apagar o documento”, aponta. Ele admite que se preocupa com a possibilidade de a documentação ser completamente digitalizada. “Há o problema de espaço, temos que ter sustentabilidade. Mas o arquivo digital, se você perder, perdeu.

TRABALHO INCLUSIVO

Pelo menos 40 dos profissionais que trabalham na área hoje, no DF, são antigos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Eles passaram pela capacitação do Serviço de Higiene, Conservação e Pequenos Reparos de Bens Culturais, que completa 10 anos em outubro deste ano. Em parceria com o Arquivo Nacional e a BCE, os alunos do projeto aprendem a manusear e higienizar obras antigas e, mais recentemente, também a fazer pequenos reparos. Depois de formados, eles recebem um diploma e são encaminhados para trabalhar em órgãos públicos, juntamente com uma equipe e o acompanhamento de um monitor. É o chamado trabalho apoiado, ideal para a condição deles. “Muitos ajudam a sustentar a família”, assinala a professora da Apae Marli Pires. O próximo passo é ensinar os alunos a digitalizar documentos, demanda que vem aumentando nas instituições públicas. Desde 2006, foram 49 alunos contratados e mais de 20 estão em formação.

E não pode fazer uma perícia para comprovar a veracidade do documento”.

Para manter a vida útil de documentos mais recentes existe a conservação preventiva — atividade inseparável da restauração segundo Gilcy Azevedo. “Você realiza uma ação para que, futuramente, não precise intervir naquela obra de maneira direta”, explica a chefe da Cobec. Os processos são mais simples e menos agressivos que na restauração, muitas vezes contribuindo para diagnosticar problemas mais graves em obras que poderiam passar despercebidas. É também um trabalho contínuo: depois que todo acervo é tratado, volta-se ao começo e epete-se tudo outra vez. ♦

PERFIL

Página 12

FUTURO NO PAPEL

JOANA DE ALBUQUERQUE

Poeta, porteiro e, futuramente, comunicador. Uruanan dos Santos tem 43 anos, trabalha na portaria da Universidade de Brasília (UnB) e está prestes a realizar um grande feito: publicar uma autobiografia. Com muito empenho e um dom, ele dedicou os últimos três anos para registrar sua trajetória no livro intitulado *Vida solitária*. Numa luta incessante contra a discriminação na Universidade, ele é representante sindical dos trabalhadores terceirizados da UnB e sonha em cursar Comunicação Organizacional.

A perda da mãe, que morreu de câncer em 2013, o motivou a escrever. Ele viu na escrita uma forma de superar a dor. Em 1º de maio, três anos se completaram desde a morte de Maria de Lourdes. “Se ela estivesse aqui, sentiria um orgulho imenso. Seria a fã número 1”, projeta Iveline dos Santos, irmã mais nova de Uruanan.

Desde criança, ele gostava de expressar as emoções por meio das palavras, em prosa ou em poesia. O caderno surrado onde registrava as aventuras de quando era novo está perdido em algum canto da casa. Uruanan lamenta não poder recitar um dos poemas antigos.

O gosto pela leitura é grande: “O tempo é curto, mas mantenho o hábito de ler no ônibus”. É um grande admirador da jornalista Glória Maria e do escritor Monteiro Lobato. A inspiração vem de temas como amor, injustiça e resistência. A história não fica de fora: Uruanan aborda a escravidão e a luta das minorias em seus registros.

A irmã, que é professora, conta que ele se destacava pelas redações na época de escola: “Eram sobre a natureza e sobre amizades. Sempre foi de usar expressões fortes e rebuscadas. Depois de adulto, quando firmou o compro-



ISIS AISHA

Uruanan trabalha na segurança, se dedica à luta sindical e registra sua vida em prosa e poesia

misso de ser escritor, ele amadureceu muito. Meu irmão tem um jeito único de escrever”, completa.

Outra inspiração foi a batalha contra a dependência química e alcoólica, que tomou quase três anos de sua vida adulta. Quando fala no pretérito, ele se corrige: “Eu ainda sou [dependente]. As pessoas têm mania de falar no passado, mas quem é nunca deixa de ser. Tenho uma doença e luto contra ela todos os dias. Já fui viciado em tudo o que você possa imaginar. E isso não se resolve de um dia para o outro”.

Uma reviravolta na vida de Uruanan era improvável. Sua grande paixão foi deixada de lado para dar espaço ao vício, que consumia todo o dinheiro e energia de que ele dispunha. “Escrever até que me deixava mais calmo. Mas o meu tempo não era para isso. Me excluí de tudo que era social e sociável”.

Certo dia, desmaiado pelo efeito de um coquetel de drogas, foi internado em estado grave no Hospital Uni-

versitário de Brasília (HUB). Após meses de tratamento intensivo, a diretora do hospital lhe ofereceu um emprego: “Sem mais nem menos, eu disse que sim, que faria qualquer coisa”. E assim aconteceu. Ao iniciar o serviço de limpeza no HUB, ele jurou nunca mais se entregar às drogas.

ORIGEM

O homem, filho de mestre de obras e de dona de casa, nasceu no Gama e até hoje mora lá com o pai, os dois irmãos e duas das quatro irmãs. “Quem ama, mora no Gama”, brinca, com orgulho, o vizinho e amigo de infância Adeildo Pereira. Ele se perde nas lembranças: “Brincávamos de futebol de meia, amarelinha, pique-esconde. Bem antes de a mãe falecer, a escrita o ajudava a manter a mente sadia. É um ótimo pensador e escritor”.

Adeildo retrata a morte de dona Maria: “No momento, o Lelo [apelido de Uruanan] levou um baque, mas

manteve a tranquilidade, pois sabia que tinha que tomar a frente para acalmar sua família e dar continuidade ao sepultamento de sua mãe. Até hoje ele sente muito a falta dela”.

Iveline também compartilha recordações da época: “No início, nos desestabilizamos completamente. Nossa mãe era a condutora da família. Quando ela se foi, ficamos sem um eixo. Por causa das nossas diferenças, discordávamos em quase tudo”.

TRABALHO

Uruanan floresceia as reuniões do movimento sindical com poesia: “Ele recita seus poemas lá. Sempre teve o hábito de utilizar a arte para divulgar sua luta contra o preconceito e a favor da união dos trabalhadores”, diz Socorro Mazola, colega de sindicato e amiga.

Sempre envolvido no âmbito político, ele é admirado por Suzana Xavier: “É uma pessoa com muita vontade de lutar e uma percepção de justiça imensa. Ele mesmo é alvo de discriminação na Universidade, não apenas por ser terceirizado, mas também por ser negro”, afirma a colega.

Sob a orientação de alguns professores da Faculdade de Comunicação, Uruanan finalizou seu livro e está ansioso para publicá-lo. Ele confessa não ter muito tempo disponível para correr atrás da publicação do material, mas prometeu a si mesmo que a espera não se prolongará: “A intenção era ter publicado no final do ano passado, mas como é meu primeiro trabalho, resolvi aperfeiçoá-lo e esperar um pouco”.

O fato de trabalhar em um ambiente plural e com públicos diversos despertou o desejo pela profissão de comunicador: “É a minha forma de viver. Não consigo ficar alheio ao que ocorre ao meu redor”. ♦